

**HABEAS CORPUS Nº 493.977 - SP (2019/0046240-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MAGNUM ROBERTO CARDOSO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAGNUM ROBERTO CARDOSO - RJ202706  
ANA PAULA DE ARAUJO SALVIANO - RJ187731  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : RENAUD TILLY

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RENAUD TILLY apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 33, § 1º, c/c o art. 40, inciso I, ambos da Lei n. 11.343/2006. Irresignada, a defesa impetrou prévio *mandamus*, cuja liminar foi indeferida.

No presente *writ*, o impetrante aduz, em um primeiro momento, que a Justiça Federal não é competente e que referido tema não foi analisado na decisão que examinou a resposta à acusação, devendo, portanto, ser reconhecida a nulidade da decisão.

Afirma, no mais, que a conduta imputada é atípica, não havendo, dessa forma, justa causa para a ação penal. Por fim, entende que a conduta não poderia ser tipificada como tráfico, mas sim como contrabando, atraindo, no mais, a incidência do princípio da insignificância.

Pede, liminarmente, a suspensão da Ação Penal n. 0004325-21.2016.403.6181, com audiência de instrução e julgamento designada para 14/3/2019. No mérito, pugna pelo seu trancamento.

É o relatório. **Decido.**

Não é possível dar seguimento ao presente *mandamus*.

De início, destaco que é pacífico no Superior Tribunal de

Justiça o não cabimento de *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, nos termos do que preceitua o verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade.

Ao ensejo:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS. ADVOGADO. PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDO CUMPRIMENTO DA CONSTRIÇÃO EM SALA DE ESTADO MAIOR OU EM PRISÃO DOMICILIAR. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE NEGOU A TUTELA DE URGÊNCIA NO WRIT ORIGINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. MANDAMUS INDEFERIDO SUMARIAMENTE. EXCEPCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFIRMADA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Segundo orientação pacificada neste Superior Tribunal, é incabível *habeas corpus* contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância. Exegese da Súmula 691/STF. 2. Encontrando-se a decisão da autoridade impetrada suficientemente motivada, já que, ao que consta, a liminar foi indeferida porquanto o preso, advogado da ativa, estava segregado em dependência especial, com instalações e comodidades condignas, não há como se afastar o óbice ao conhecimento do remédio constitucional, imposto pela Súmula 691/STF, merecendo, portanto, ser confirmado o decisum agravado, por seus próprios fundamentos. 3. O revolvimento das questões aventadas no writ originário e aqui reiteradas, certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento de mérito. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 296.884/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 12/09/2014)

No caso dos autos, não se observa ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio *mandamus*, uma vez que a Corte local assentou que "não há atipicidade manifesta na conduta que se imputa ao paciente, vez que a semente de maconha é proscrita no Brasil e sua importação, em qualquer quantidade, é evidentemente proibida, ainda que não apresente,

em sua composição, tetraidrocanabinol (THC), vez que isso não a descaracteriza como elemento essencial para a produção da maconha, na medida em que da semente germinará a planta de cuja folha se originará a droga" (e-STJ fl. 22).

A propósito, transcrevo precedente desta Corte, no mesmo sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. IMPORTAÇÃO CLANDESTINA DE SEMENTES DE CANNABIS SATIVA LINEU (MACONHA). TIPICIDADE DA CONDUCTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Conforme entendimento desta Corte, "as sementes da planta cannabis sativa são consideradas matéria-prima para efeito de configuração de quaisquer uma das ações delituosas previstas no art. 33, § 1º, inciso I, da Lei 11.343/2006. Assim, a conduta ora em análise - importação de sementes de maconha - reveste-se, em princípio, de tipicidade e há a justa causa para a ação penal. Precedentes" (AgRg no REsp 1761768/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 3/10/2018). 2. A jurisprudência desta Quinta Turma é firme no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância às hipóteses de importação clandestina de sementes de cannabis sativa lineu (maconha). 3. Agravo desprovido. (AgRg no RHC 99.416/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)*

Registrou-se, ademais, que "embora o art. 28 da Lei de Drogas não contemple a figura 'importar' para consumo pessoal, não se pode desde já atestar o de droga 'miseras' 15 (quinze) sementes de maconha podem produzir, no sentido de afastar de pronto a capitulação do tráfico, prevista no art. 33, § 1º, I, e, sob qualquer ângulo, enquanto ainda que eventualmente a conduta não se encaixe na mercadoria de importação proibida, especialidade da Lei nº 11.343/06, é certo que encontrará adequação típica na figura do art. 334-A do Código Penal, sobre o qual, segundo remansosa jurisprudência, também não incide o princípio da insignificância".

Dessarte, mostra-se prematuro o controle antecipado por este Tribunal Superior, sendo certo que as questões suscitadas pela defesa serão tratadas durante o julgamento do *habeas corpus* impetrado na origem.

Ante o exposto, sendo manifesta a inviabilidade do *writ*, **indefiro liminarmente** o pedido, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

